ANEXO B

Provas de avaliação científica

1 — Programa:

- 1 — Noções fundamentais de gestão:
- 1.1 — A gestão em contextos de mudança;
- 1.2 — O ciclo da gestão:
- 1.2.1 — Planeamento;
- 1.2.2 — Organização;
- 1.2.3 — Direcção;
- 1.2.4 — Controlo.
- 2 — Contabilidade orçamental:
- 2.1 — Quadro legal:
- 2.1.1 — Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado;
- 2.1.2 — Regime de Administração Financeira do Estado;
- 2.1.3 — Lei do Orçamento;
- 2.1.4 — Decreto-Lei de execução orçamental;
- 2.2 — Princípios e regras orçamentais;
- 2.3 — Gestão financeira e orçamental (realização de despesas e obtenção de receitas).
- 3 — Contabilidade financeira e patrimonial:
- 3.1 — Introdução do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP);
- 3.2 — Aplicabilidade do POCP;
- 3.3 — Estudo das contas.

2 — Bibliografia

- a) Donnelly, James *et al* (2000), *Administração, Princípios de Gestão Empresarial*, Lisboa, McGraw-Hill.
- b) Stoner, James e Freeman, R. (1995), *Administração*, Rio de Janeiro, Editora Prentice-Hall do Brasil.
- c) Caiado, António e Pinto, Calado (1997), *Manual do Plano Oficial de Contabilidade Pública*, Lisboa, Editora Vislis.
- d) Carvalho, João e *ali* (1999), *Temas de Contabilidade Pública*, Lisboa, Editora Rei dos Livros.
- e) Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).
- f) Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto).
- g) Normas de Execução do Orçamento do Estado para 2006 (Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março).
- h) Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) (Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro).
- i) Regime da Administração Financeira do Estado (Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho).
- j) Regime Jurídico das Aquisições no Domínio da Defesa Nacional (Decreto-Lei n.º 33/99, de 5 de Fevereiro).
- k) Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas (Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março).
- l) Regime de Realização de Despesas Públicas com Locação e Aquisição de Bens e Serviços (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

3 — Critérios principais de apreciação curricular

- a) Área académica no âmbito da(s) licenciatura(s).
- b) Área académica no âmbito do(s) mestrado(s).
- c) Cursos de pós-graduação realizados em estabelecimentos de ensino superior no âmbito da Gestão e áreas afins.
- d) Publicação de trabalhos em revistas, ou similares, de reconhecido valor científico.
- e) Apresentação de trabalhos em congressos, ou eventos científicos, de natureza similar.
- f) Outros aspectos curriculares relevantes para a intervenção da gestão na Força Aérea Portuguesa.

Comando de Pessoal da Força Aérea

Despacho n.º 14 337/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 4 do artigo 165.º, do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos SS:

Sargento-ajudante:

1SAR SS Q 039485-J, Norberto Firmino Jaleca Morgado, HFA.

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 165.º do EMFAR, ocupa transitivamente a vaga de SMOR SS deixada em aberto pela passagem à

situação de adido em comissão normal do SAJ SS 039478-F, Manuel Espírito Santo Brinco Pinto, verificada em 6 de Março de 2006, o qual se encontrava ocupada nos mesmos termos.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 6 de Março de 2006.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

8 de Março de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 14 338/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos MMA:

Sargento-ajudante:

1SAR MMA Q 057293-E, Fernando Júlio Guimarães Ló de Almeida, BA 6.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de reserva do SAJ MMA 033781-B, Jorge Manuel Miranda Martins da Silva, verificada em 1 de Abril de 2006.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Abril de 2006.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

7 de Abril de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, tenente-general piloto aviador.

Despacho n.º 14 339/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 263.º e no n.º 3 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos MMA:

Sargento-ajudante:

1SAR MMA Q 060190-L, Rui Manuel Correia Simões, BA6.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela promoção ao posto imediato do SAJ MMA 019110-J, Horário de Oliveira Valente, verificada em 1 de Junho de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Junho de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, tendo direito a 5 pontos de diferencial ao abrigo da conjugação dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo.

1 de Junho de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, tenente-general piloto aviador.

Despacho n.º 14 340/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o sargento em seguida mencionado seja promovido ao posto que lhe vai indicado, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea b) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º,

na alínea c) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 263.º e no n.º 4 do artigo 279.º do mesmo Estatuto:

Quadro de sargentos MMA:

Sargento-chefe:

SAJ MMA Q 019110-J, Horácio de Oliveira Valente — BA 11.

Preenche a vaga em aberto no respectivo quadro especial pela passagem à situação de reserva do SCH MMA 025976-E, José António Capela de Sousa, verificada em 1 de Junho de 2005.

Conta a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Junho de 2005.

É integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

2 de Junho de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, tenente-general piloto aviador.

Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas

Aviso n.º 7600/2006

Concurso para candidatura aos estágios técnico-militares 2006-2007

1 — De acordo com os despachos conjugados do general Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de 15 de Fevereiro e de 20 de Abril de 2006, exarados respectivamente nas informações n.ºs 4827, de 14 de Fevereiro de 2006, da 1.ª DIV/EMFA e 373 495, de 5 de Abril de 2006, da DINST/CPESFA, e tendo presente o disposto no artigo 25.º do Decreto Regulamentar n.º 32/97, de 6 de Setembro, e no despacho n.º 2355/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de Janeiro de 2006, torna-se público que se encontra aberto, até 8 de Agosto de 2006, concurso para admissão à frequência do estágio técnico-militar (ETM), nas seguintes especialidades, com destino ao quadro permanente (QP) de oficiais da Força Aérea, para as seguintes especialidades e vagas:

Navegador (NAV) — duas vagas;

Técnico de operações de circulação aérea e radar de tráfego (TOCART) — duas vagas;

Técnico de operações e de detecção e conduta de interceptação (TODCI) — quatro vagas;

Técnico de operações de meteorologia (TOMET) — uma vaga;

Técnico de manutenção de material electrotécnico (TVMEL) — três vagas;

Técnico de pessoal e apoio administrativo (TPAA) — três vagas;

Técnico de abastecimento (TABST) — uma vaga;

Polícia aérea (PA) — duas vagas;

Técnico de saúde (TS) — uma vaga;

Chefe de banda de música (CHBM) — uma vaga.

2 — Este concurso é aberto condicionalmente até aprovação, por despacho ministerial, das vagas acima indicadas.

3 — Nos termos do artigo 33.º do Regulamento de Incentivos (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio, 30% das vagas referidas no n.º 1 destinam-se aos militares que:

a) Tendo prestado três anos de serviço em regime de contrato (RC), passaram à reserva de disponibilidade a partir de 19 de Novembro de 2000, conforme artigo 3.º do RI, ao estatuir que só beneficiam dos incentivos aplicáveis pelo Ministério da Defesa Nacional os militares que à data da entrada em vigor do RI estivessem na efectividade de serviço;

b) Estando na efectividade de serviço e tendo prestado três anos em RC, se encontrem nos últimos seis meses da vigência do contrato, nos termos do artigo 49.º do RI.

4 — O cálculo de determinação das vagas afectas ao RI, ou seja 30% das vagas a concurso por especialidade, efectua-se da seguinte forma: o resultado do cálculo dos 30% das vagas a concurso é arredondado para o número inteiro superior, se o decimal for maior ou igual a cinco e para o número inteiro inferior se o decimal for menor que cinco.

5 — No preenchimento das vagas respeitar-se-á a seguinte sequência de etapas:

a) Preenchimento das vagas do contingente de 30% pelos candidatos referidos no n.º 3, alíneas a) e b);

b) Adição das vagas sobranes da operação a que se refere a alínea anterior às vagas do contingente geral, constituído pelos restantes 70% das vagas;

c) Inclusão no âmbito do contingente geral dos candidatos referidos no n.º 3, alínea b), que não preenchem as vagas do contingente de 30% e que reúnam as condições para concorrer ao contingente geral;

d) Preenchimento das vagas do contingente geral pelos candidatos que concorrem exclusivamente a este contingente e pelos candidatos referidos na alínea anterior.

6 — Admissão dos candidatos ao contingente de 30% previsto no n.º 3 — a Direcção de Pessoal (DP), tendo em conta as notas de assentos e os documentos entregues, procede oficiosamente à admissão dos candidatos ao contingente de 30%, previsto no n.º 3.

7 — Condições gerais de admissão:

a) Estar autorizado pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA);

b) Ser oficial, sargento ou praça da Força Aérea em RC, ou na situação de disponibilidade, ou sargento do quadro permanente (QP) da Força Aérea;

c) O cumprimento, à data do início do estágio, de um período mínimo de dois anos de serviço efectivo, na Força Aérea, a contar da data da conclusão da instrução complementar, para os militares em RC, e igual tempo de serviço efectivo, na Força Aérea, a contar da data da conclusão do curso de formação de sargentos, para os sargentos do QP.

d) Ter menos de, em 31 de Dezembro de 2006, 33 anos de idade (excepto para candidatos abrangidos pelo artigo 47.º do RI) caso sejam militares em RC ou na situação de disponibilidade, ou 38 anos, caso sejam sargentos do QP;

e) Possuir o mérito indispensável à admissão ao estágio;

f) Não ter antecedentes criminais;

g) Estar habilitado com as licenciaturas ou bacharelatos nas áreas que a seguir se indicam para a respectiva especialidade:

NAV:

1.ª prioridade:

Telecomunicações;

Electrónica;

Informática;

Qualquer curso superior da área de Engenharia desde que o candidato já seja oficial NAV em regime de contrato;

2.ª prioridade:

Qualquer curso superior, desde que o candidato já seja oficial NAV em regime de contrato;

TOCART:

1.ª prioridade:

Telecomunicações;

Electrónica;

Informática;

Qualquer curso superior da área de Engenharia desde que o candidato já seja oficial TOCART em regime de contrato ou sargento OPCART;

2.ª prioridade:

Qualquer curso superior desde que o candidato já seja oficial; TOCART em regime de contrato ou sargento OPCART;

TODCI:

1.ª prioridade:

Telecomunicações;

Electrónica;

Informática;

Qualquer curso superior da área de Engenharia desde que o candidato já seja oficial TODCI em regime de contrato ou sargento OPRDET;

2.ª prioridade:

Qualquer curso superior, desde que o candidato já seja oficial TODCI em regime de contrato ou sargento OPRDET;

TOMET:

1.ª prioridade:

Qualquer curso superior das áreas de Meteorologia, Oceanografia ou Geofísica;